

ARENDT: EM DEFESA DA PLURALIDADE HUMANA NA POLÍTICA*

ARENDT: IN DEFENSE OF HUMAN PLURALITY IN POLITICS

JOSÉ JOÃO NEVES BARBOSA VICENTE**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, BRASIL

Resumo: O pensamento político de Arendt é constituído por vários conceitos importantes analisados e discutidos por ela com rigor e profundidade. Entre eles, o conceito de pluralidade humana merece destaque especial, não por entender que se trata do conceito político mais importante em Arendt, mas sim porque em essência, ele carrega todo o sentido e significado do seu pensamento político. Em Arendt, portanto, falar da política é, essencialmente, falar da pluralidade humana, uma vez que não há política sem o respeito a essa condição humana fundamental; a pluralidade humana é a condição de toda a vida política autêntica. A proposta deste artigo é analisar e discutir esse conceito no pensamento político de Arendt e destacar não apenas a sua importância para a política, mas também o motivo pelo qual ele merece ser defendido segundo os argumentos dessa autora.

Palavras-chave: Ação. Debate. Opinião. Pluralidade humana. Política.

Abstract: Arendt's political thinking consists of several important concepts analyzed and discussed by she with rigor and depth. Among them, the concept of human plurality deserves special mention, not because it understands that it is the most important political concept in Arendt, but because in essence it carries the full meaning and meaning of its political thought. In Arendt, therefore, speaking of politics is essentially speaking of human plurality, since there is no politics without respect for this fundamental human condition; human plurality is the condition of all authentic political life. The purpose of this article is to analyze and discuss this concept in Arendt's political thinking and to emphasize not only its importance for politics, but also the reason why it deserves to be defended according to Arendt's arguments.

Keywords: Action. Debate. Opinion. Human Plurality. Politics.

* Artigo recebido em 23/04/2018 e aprovado para publicação pelo Conselho Editorial em 30/11/2018.

** Doutor em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia, Brasil. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3698270800560619>. E-mail: josebvicente@gmail.com.

Quando se debruça sobre os escritos políticos de Arendt, não se pode negar, por exemplo, que neles existem vários conceitos importantes analisados por ela com rigor e profundidade, mas nenhum deles supera o conceito de pluralidade humana que, em essência, carrega todo o sentido e significado do seu pensamento político. A pluralidade humana, um conceito elaborado por Arendt na “companhia” de Sócrates, não é apenas um dos elementos constitutivos da política, ela é o fundamento sem o qual a política simplesmente perde todo e qualquer sentido. Não existe nenhum aspecto da “condição humana” que, de um modo ou de outro, não tenha “alguma relação com a política”, mas a pluralidade humana, diz Arendt (2009a, p.15), “é especificamente a condição – não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda vida política”. Assim, falar da política em Arendt, não significa outra coisa senão falar essencialmente da pluralidade humana, isto é, de “homens” e jamais de “Homem”.

A política nunca é a expressão da vontade de um único homem ou de um grupo específico de homens; nas palavras de Arendt (2002, p.21), “a política baseia-se na pluralidade dos homens”, ela consiste na “convivência entre diferentes”. Como pensada e descrita por Arendt, a pluralidade humana, diz Dietz (1994, p.236), não tem qualquer vestígio “metafísico”, ela é essencialmente “político” e se localiza especificamente “em um espaço visível”, denominado por ela de “público’ ou ‘o espaço de aparência’”. Sem o reconhecimento da pluralidade humana não há política e nem manifestação da liberdade, assim, para Arendt, defender a pluralidade humana é defender a própria política como espaço público de manifestação da liberdade dos homens através da ação e do discurso na presença de seus pares; sem o respeito à pluralidade humana não há possibilidade de existir um espaço público onde os homens possam agir e debater em conjunto as suas opiniões sobre assuntos que dizem a respeito a todos.

Não se trata, portanto, de buscar e nem de descobrir o que não existe, isto é, não se trata de encontrar, por exemplo, “algo político” pertencente à “essência” do homem ou a “substância política original”, a questão principal, para Arendt (2002, p.23), é mostrar que a política “surge no *entre-os-homens* [...] no intra-espaço e se estabelece como relação”, ela trata do estar juntos uns com os outros, dentro da diversidade e da diferença; é isso que garante a todos a manifestação da sua liberdade ou a participação ativa na esfera pública e comum. Onde não há reconhecimento da pluralidade humana, não apenas “inexiste esse tipo de liberdade”, mas também “inexiste espaço verdadeiramente político” (ARENDR, 2009b,

p.185). Política, portanto, em seu verdadeiro sentido, é uma atividade constituída e sustentada pela pluralidade humana, assim, ela deve estar totalmente protegida de qualquer indício capaz de reduzi-la a uma única perspectiva.

O totalitarismo é um exemplo emblemático da política reduzida a uma única perspectiva, através do combate ou da eliminação radical da pluralidade humana. Para Arendt (1989, p.488), os regimes totalitários são “antipolíticos” principalmente porque sistematizam “a infinita pluralidade e diferenciação dos seres humanos como se toda a humanidade fosse apenas um indivíduo”. Essa sistematização radical tem como meta alcançar a unidade universal à custa do aniquilamento total da singularidade dos indivíduos. Qualquer política que ataca ou recusa a pluralidade humana, além de perder seu sentido e significado, ela fere também profundamente a condição humana fundamental e impede o indivíduo de manifestar a sua liberdade ou de agir politicamente. Atacar ou recusar a pluralidade humana é desferir um “golpe” fatal contra as diferenças, a diversidade e a alteridade. Não há política e nem liberdade sem o reconhecimento da pluralidade humana; a “verdadeira liberdade”, como disse Mèlich (1998, p.25), não existe, em termos arendtianos, “sem a pluralidade, a diferença e a exterioridade”.

A política deve funcionar sempre como um espaço público que garante e ilumina não apenas a manifestação do “pluralismo político”, mas principalmente a “aparição” ou a “visibilidade” dos acontecimentos humanos. Homens e mulheres devem ter seus espaços de aparição através de palavras e ações totalmente garantidos pela política. São nesses espaços que cada um com seu ponto de vista distinto tem a possibilidade de revelar suas ideias, opiniões e quem ele é verdadeiramente, uma vez que ninguém é idêntico ao outro. Essa diferença, no entanto, só pode manifestar-se e ganhar sentido por meio da política, quando nela a pluralidade humana é reconhecida e defendida como sua condição primordial. Para Arendt (2009a, p.15), nunca é demais lembrar que são “homens” e não “Homem” que “vivem na terra e habitam o mundo”, esse fato precisa ser considerado pela política, cujo sentido depende totalmente dessa “pluralidade”, isto é, da presença de outros que constantemente ouvem, veem e atestam.

A política, para Arendt, surge como um grande espaço onde todos podem “aparecer” para o outro e reafirmar a sua “singularidade” através da ação e do discurso. Esses “homens” que “vivem na terra e habitam o mundo”, cada um deles como ser “único” e “singular”, não podem ser ignorados pela política, pelo contrário, a política deve proporcionar condições

para que eles possam viver e conviver livremente, uma vez que ela, como disse Arendt (2009b, p.145), “diz respeito à coexistência e associação de homens diferentes”. Toda a vida política, como sublinhou Owens (2007, p.137), requer “uma pluralidade de diversos atores e oradores”, sem o reconhecimento dessa pluralidade, ou como disse Villa (1996, p.33), sem o reconhecimento da “diversidade de perspectivas”, suas ações e seus discursos não serão consideradas e nem valorizadas, isso significa dizer que não há política longe da pluralidade humana.

Além de ser a condição sem a qual a política perde todo o sentido e significado, a pluralidade é, também, para Arendt (2000, p.17), “a lei da Terra”. Sem ela não é apenas a política que desaparece, mas também nossas ações e nossos relacionamentos com os outros como seres únicos e distintos ficam totalmente inviáveis. Neste mundo no qual nascemos, vivemos e morremos, ninguém está autorizado a impor sua vontade sobre os outros e nem a obrigar ou a induzir o outro a seguir uma única perspectiva, seja de um único indivíduo ou de um grupo de indivíduos. Portanto, a questão fundamental é estar sempre ciente “que este nosso mundo, que existiu antes de nós e está destinado a sobreviver aos que nele vivem”, como disse Arendt (1972, p.203), “simplesmente não se pode dar ao luxo de conferir primariamente sua atenção às vidas individuais e aos interesses a elas associados”. Enganam-se todos aqueles que pensam ou acreditam que o mundo e o que nele existe podem ser representados ou guiados através de uma única perspectiva.

A verdade, diz Arendt (2000, p.17), é que “nada e ninguém existe neste mundo cujo próprio ser não pressuponha um espectador”; em outras palavras, para ela, no mundo no qual vivemos, “nada do que é, à medida que aparece, existe no singular; tudo que é, é próprio para ser percebido por alguém”. De acordo com observação de Telles (1999, p.42), é necessário sublinhar que “a realidade do mundo” como entendida e compreendida por Arendt, “só pode se manifestar ‘de maneira real e fidedigna’”, não quando as coisas são vistas apenas por uma pessoa ou por um grupo específico de pessoas, mas sim quando “muitas pessoas” podem vê-las “numa variedade de aspectos, sem mudar de identidade, de sorte que os que estão à sua volta sabem que veem a mesma coisa, na mais completa diversidade”. No mundo habitado por “homens” e não por “Homem”, é preciso respeitar “a pluralidade dos pontos de vista”, é ela, como disse diz Telles (1999, p.43), “que confere certeza ao que existe, sem que essa certeza se desdobre numa identidade que anularia as diferenças sob o signo de uma única opinião”.

A pluralidade humana dá sentido ao mundo habitado por homens e a política feita por eles. O mundo, como entendido por Arendt (2009a, p.62), não é “idêntico à terra ou à natureza como espaço limitado para o movimento dos homens e condição geral da vida orgânica”, mas sim diz respeito aos artefatos e instituições criados por eles que possibilitam o relacionamento; assim, “conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum”. Por outro lado, como já foi dito em outro momento, a pluralidade humana é a condição da existência da política, uma vez que são as diferentes perspectivas e opiniões que constituem o domínio público. Política, portanto, não apenas deve fundamentar-se na pluralidade humana, mas também deve promovê-la e defendê-la no âmbito de um mundo humano comum e compartilhado por todos aqueles que nele habitam. Defender a pluralidade humana é defender, nas palavras de Arendt (2009b, p.144), “as profundezas onde a política se ancora”.

No mundo no qual vivemos, “toda a esfera política da vida humana”, diz Arendt (2008a, p.478), “existe somente graças à pluralidade dos homens, graças ao fato de que um homem só simplesmente não seria humano”. Não há mundo se ele não for comum a todos, se ele não se apresente a partir de diversas perspectivas. Nas palavras de Arendt (2002, p.60), somente “na liberdade do falar um com o outro nasce o mundo sobre o qual se fala, em sua objetividade visível de todos os lados”. Não há política sem um espaço público onde os homens possam se apresentar e mostrar quem eles são “realmente e inconfundivelmente”, não há política quando o outro é excluído do diálogo ou proibido de opinar e apresentar de forma livre o seu ponto de vista sobre assuntos públicos. Nunca é demais lembrar, como disse Arendt (2009a, p.16), que somos “todos os mesmos”, isto é, somos todos “humanos, sem que ninguém seja igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir”; é por isso que a pluralidade é e deve ser respeitada como a condição de toda a ação humana, principalmente a ação política.

O que alimenta e mantém a política viva, não é a existência de uma comunidade homogênea constituída por uma única ideia ou perspectiva, mas sim a convivência e a comunidade dos diversos respeitando, acima de tudo, a multiplicidade dos pontos de vista. Quando se trata de política, da esfera pública, nenhum indivíduo deve ser impedido de ser visto e ouvido. Nas palavras de Arendt (2009a, p.67), “ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos veem e ouvem de ângulos diferentes”. Isso significa dizer, em termos gerais, que “público” não é o lugar para se esconder, mas sim o lugar de aparência

onde todos estão igualmente sujeitos ao julgamento de uma pluralidade de perspectiva. No espaço público, as coisas não se mostram ou se manifestam verdadeiramente, enquanto não são “vistas por muitas pessoas, numa variedade de aspectos” e “na mais completa diversidade”.

A política não pode dispensar e nem ignorar jamais o seu verdadeiro conteúdo que, longe de ser uma ideia ou opinião de um só homem ou de um grupo específico de homens é, na verdade, um conjunto de ideias, opiniões e pontos de vista. O conteúdo da política jamais é algo no singular, mas sim no plural; ele surge não quando os homens escondem seus atos e intenções, mas sim quando eles aparecem em público e agem em conjunto através de atos e palavras na presença de seus semelhantes. Tudo o que diz respeito ao âmbito público deve ser visto e ouvido por todos. Nas palavras de Arendt (2009a, p.60), é “a presença de outros que veem o que vemos e ouvem o que ouvimos” que garante, não apenas “a realidade do mundo”, mas também a realidade de “nós mesmos”. Mundo e política apenas têm sentido quando são comuns a todos nós e quando a cada um é permitido reunir-se com o outro sem colisão. Sem a possibilidade de serem experimentados em comum e a partir de diversos pontos de vista e perspectivas, mundo e política não fazem qualquer sentido para os homens.

Defender a pluralidade, a condição essencial de toda a vida política e inerente à condição humana, é defender que nenhum homem seja privado de ver e ouvir os outros e de ser visto e ouvido por eles. Em outras palavras, significa defender a pluralidade de opiniões e pontos de vista em um “mundo comum” que, como disse Arendt (2009a, p.68), “acaba quando é visto somente sob um aspecto e só se lhe permite uma perspectiva”. A política baseada na pluralidade humana como entendida por Arendt em seus escritos, valoriza e defende cada ser humano em sua singularidade e está “atenta”, como observou Fry (2014, p.30), “às diferenças importantes” existentes entre eles. A política deve criar espaços para que a pluralidade dos homens possa se manifestar em sua plenitude e jamais se transformar em um meio de ação apenas para alguns. É na ação política que a pluralidade humana se manifesta com maior visibilidade; ou como disse Fry (2014, p.30), “a pluralidade” dos homens “é exemplificada na ação política, através do que os indivíduos realizam e o que eles revelam sobre si mesmo para o mundo”.

Para Arendt, a manifestação da pluralidade dos homens, além de colocar em evidência suas individualidade e interdependência, apresenta também seus dois aspectos fundamentais, a saber, a igualdade e a diferença que, em um espaço público e comum, garante

o estabelecimento de cada um como igual em sua “distinção única”. Em termos gerais, a pluralidade humana, essa “condição básica da ação e do discurso” dos homens, diz Arendt (2009a, p.188), “tem o duplo aspecto de igualdade e diferença”. Essa constatação se explica da seguinte forma: se os homens não fossem “iguais”, não haveria compreensão entre eles, não faziam “planos para o futuro” e nem previsão das “necessidades das gerações vindouras”; por outro lado, se eles não fossem seres humanos “diferentes”, ou seja, se cada um deles “não diferisse de todos os que existiram, existem ou virão a existir”, não haveria necessidade “do discurso ou da ação” para se fazer “entender”, bastaria apenas “sinais e sons” para “comunicar suas necessidades imediatas e idênticas”. Percebe-se, assim, que para Arendt, assim como a vida política depende da pluralidade dos homens, “uma vida humana bem vivida”, como sublinhou Voice (2014, p.39), é também aquela vivida “entre uma pluralidade de pessoas”.

Em termos arendtianos, a política, assim como o viver humano, tem sentido apenas quando acontece entre os homens, isto é, entre seres iguais e diferentes, indivíduos humanos, porém não idênticos a qualquer outro que já viveu, vive ou viverá. A pluralidade humana que dá sentido à política é, portanto, essa “paradoxal pluralidade de seres singulares” (ARENDR, 2009a, p.189), ou em outras palavras, desse “viver como ser distinto e singular entre iguais” (ARENDR, 2009a, p.191). A pluralidade humana que, para Arendt (2000, p.58), é “uma das condições existenciais básicas da vida na Terra” é, também, o fundamento de toda a vida política autêntica. Para o povo mais político que conhecemos, a saber, os romanos, “estar entre os homens” era “sinal de estar vivo, ciente da realidade do mundo e do Eu”; por outro lado, “deixar de estar entre os homens” era “um sinônimo para morrer”. Não há política no isolamento, mas sim na relação entre homens em um mundo plural onde todos podem aparecer, agir, reunir, debater, ver e ser visto; nela não há espaço para violência nem domínio ou controle do outro, política é ação em conjunto com total respeito à condição plural dos homens.

Diferente “da matéria morta”, diz Arendt (2000, p.18), “as coisas vivas *aparecem em cena* como atores em um palco montado para elas”. Apesar desse “palco” ser algo necessariamente “comum a todos os que estão vivos”, ele “*parece* diferente para cada espécie e também para cada indivíduo da espécie”. O espaço público é esse palco ou esse espaço de visibilidade onde cada indivíduo tem a possibilidade de aparecer através da ação e do discurso, debatendo e opinando na presença do outro sobre assuntos comuns a todos.

“Nesse palco comum”, como sublinhou Canovan (1994, p.181), os homens têm a oportunidade de “interagir” uns com os outros, “falar” acerca de “assuntos comuns”, fazer propostas de “iniciativas”, além de fazer revelações sobre si próprios como seres “únicos”, bem como ficar “abertos” e disponíveis “ao julgamento de seus pares”. Sem esse “palco” não há política; é por isso que Arendt “insiste”, como observou Voice (2014, p.47), que “uma ação política genuína” deve ser sempre aquela que é “conduzida” não no isolamento ou a partir de uma única perspectiva, mas sim “entre ‘homens’ em sua pluralidade e suas diferenças”.

A política em seu sentido próprio, como entendida por Arendt, é o espaço onde tudo é “decidido mediante palavras”. Ela funciona como um espaço não obscurecido, capaz de “iluminar a conduta” dos homens em sua pluralidade, uma vez que ela permite a cada um mostrar-se verdadeiramente por meio de atos e palavras, não apenas quem ele é, mas também o que é capaz. Nas palavras de Arendt (2009a, p.11), “sempre que a relevância do discurso entra em jogo, a questão torna-se política por definição, pois é o discurso que faz do homem um ser político”. Mas, para isso, é preciso destacar que ninguém deve exigir ou transformar o discurso de “muitos” em um discurso de um “único homem”; o respeito à pluralidade, à diferença e às opiniões divergentes são essenciais para a existência da política e do mundo no qual vivemos. Sem a aparência e a pluralidade dos homens em seu “duplo aspecto de igualdade e diferença”, não há política nem “mundo”, uma vez que não haverá um “palco” para os homens pensar, querer, julgar, falar, agir, debater e decidir com os outros.

A compreensão do “mundo”, diz Arendt (2002, p.60), somente é possível quando “muitos” falam “sobre ele” e trocam “suas opiniões, suas perspectivas uns com os outros e uns contra os outros”; por outro lado, “em política”, como sublinhou Vallée (2003, p.49) em seus comentários sobre o pensamento de Arendt, “quando homens razoáveis exercem o seu pensamento sobre assuntos de interesse comum, é normal que cada um os veja de um ponto de vista diferente, segundo a sua situação”. Só se pode falar de “mundo”, escreve Arendt (2008b, p.33-34), quando ele se torna “objeto de discurso”, e as “coisas do mundo”, por sua vez, só fazem sentido “quando podemos discuti-las com nossos companheiros”. Se existe algo que não pode ser convertido “em objeto de discurso”, então ele “não é exatamente humano”; é por meio do “falar” que “humanizamos o que ocorre no mundo e em nós mesmos”. O que Arendt defende, principalmente quando o que está em questão é a política,

não é o outro como necessitado, mas sim o respeito em relação à posição e à opinião de cada indivíduo.

É comum pensar a política em termos de necessidade, mas Arendt prefere pensá-la em termos de pluralidade humana; para ela, a política não subsiste se ela não estiver alicerçada na diversidade e na singularidade dos homens, bem como no respeito à capacidade de cada indivíduo, não apenas de falar, mas também de opinar e de se posicionar em relação às questões públicas. “Afirmar a própria opinião”, como escreveu Arendt (2009b, p.56), faz “parte de ser capaz de mostrar-se, ser visto e ouvido pelos demais”, e é importante lembrar, também, que “a virtude mais extraordinária do estadista” não “consiste” jamais em impor suas ideias e opiniões sobre os outros, mas sim “em compreender a maior quantidade e variedade possível de realidades” e “em ser capaz de comunicar-se com os cidadãos e suas opiniões de modo a tornar visível o caráter comum deste mundo” (ARENDT, 2009b, p.60). Para Arendt, como sublinhou Frazer (2014, p.161), não é a “solidariedade” e nem o “ombro a ombro”, mas sim a ação em conjunto por “indivíduos distintos” que constitui “a marca de uma vida política em comum”. A política acontece por meio da ação e do diálogo entre indivíduos em sua “igualdade e diferença”. Esse diálogo, no entanto, não pode ser entendido como uma simples “conversa”, ele consiste, escreve Arendt (2008b, p.88) referindo-se ao filósofo alemão Karl Jaspers, na “precisão” do “ouvir”, na “constante presteza em apresentar uma cândida análise de si próprio” e na “paciência em se prolongar sobre um assunto em discussão”; apenas desse modo, isto é, apenas no “falar e no ouvir” é possível “mudar, ampliar, agudizar” e “iluminar”.

Para Arendt, é preciso desconfiar de todo e qualquer tipo de pensamento cuja intenção é atribuir um sentido unívoco às questões políticas, desconsiderando a pluralidade humana, a diversidade de opiniões e os debates públicos. Para ela, não há dúvida de que sem o respeito à pluralidade humana, não haverá também espaços na esfera pública para que os indivíduos possam manifestar a sua liberdade através da ação e do debate com seus pares. A verdade é que se as coisas “chegarem ao ponto em que todos vejam e entendam tudo a partir da mesma perspectiva, vivendo em total unanimidade”, afirma Arendt (2009b, p.238), “o mundo terá chegado ao seu fim no sentido histórico-político”. Não há comunidade política quando nela “reina” a “unidade”, a condição fundamental e primeira de toda a política é a pluralidade. Qualquer tentativa de impedir o estar juntos uns com os outros dentro da diversidade, ou de reduzir a multiplicidade de perspectiva a uma única perspectiva, constitui-

se em um ato de destruição da política que sempre pressupõe os outros, nunca dispensa a convivência e a comunidade dos diversos, além de respeitar a multiplicidade dos pontos de vista.

A política deve ser sempre o espaço onde todos os cidadãos têm a oportunidade de manifestar a sua liberdade na presença de seus semelhantes, agindo, debatendo, fazendo propostas e intervenções. Para Arendt, não há política sem um “espaço”, como disse Roviello (1997, p.23), “onde se institui, e, por conseguinte, *se revela* a comunidade do mundo”. Em termos arendtianos, só existe política, portanto, como afirmou Valée (2003, p.24-25), “quando partilhamos o mundo com outros que são diferentes, quando debatemos e agimos com eles”. Onde os espaços de diálogo e de ação em conjunto são destruídos ou obscurecidos, onde não há condições para que os indivíduos possam aparecer como eles são e expressar suas opiniões, bem como debatê-las livremente na presença de seus pares em um ambiente comum a todos, a política simplesmente não existe. É por isso que a pluralidade humana deve ser respeitada e defendida, ela é a condição de toda a vida política autêntica e, em Arendt, como escreveu McGowan (1998, p.16), ela surge “da proliferação de diversas identidades através da ação”. Todos aqueles que pretendem defender a política, precisam primeiro defender os homens em sua pluralidade.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 2009a.
- _____. *A promessa da política*. Trad. Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009b.
- _____. *O que é política?* Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *A vida do Espírito*. Trad. Antonio Abranches, Cesar Augusto R. de Almeida, Helena Martins. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.
- _____. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- _____. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a.
- _____. *Homens em tempos sombrios*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008b.
- DIETZ, Mary. Hannah Arendt and feminist politics. In: In: HINCHMAN, Lewis & HINCHMAN, Sandra (Eds.). *Hannah Arendt: critical essays*. Albany: State University of New York Press, 1994.
- CANOVAN, Margaret. Politics as culture: Hannah Arendt and the public realm. In: HINCHMAN, Lewis & HINCHMAN, Sandra (Eds.). *Hannah Arendt: critical essays*. Albany: State University of New York Press, 1994.
- FRAZER, Elizabeth. Power and violence. In: HAYDEN, Patrick (Ed.). *Hannah Arendt: Key concepts*. New York: Routledge, 2014.
- FRY, Karin. Natality. In: HAYDEN, Patrick (Ed.). *Hannah Arendt: Key concepts*. New York: Routledge, 2014.
- MCGOWAN, John. *Hannah Arendt: an introduction*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.
- MÈLICH, Joan-Carles. *Totalitarismo y fecundidad: La filosofía frente a Auschwitz*. Rubi (Barcelona): Antropos Editorial; Monterrey (Nuevo León): Escuela de Ciencias de la Educación, 1998.
- OWENS, Patricia. *Between war and politics: international relations and the thoughts of Hannah Arendt*. New York: Oxford University Press, 2007.

ROVIELLO, Anne-Marie. *Senso comum e modernidade em Hannah Arendt*. Trad. Benedicte Hovart & João Felipe Marques. Lisboa: Piaget, 1997.

TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

VALLÉE, Catherine. *Hannah Arendt: Sócrates e a questão do totalitarismo*. Trad. Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

VILLA, Dana. *Arendt and Heidegger: the fate of the political*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

VOICE, Paul. Labour, work and action. In: HAYDEN, Patrick (Ed.). *Hannah Arendt: Key concepts*. New York: Routledge, 2014.

Universidade Católica de Petrópolis
Centro de Teologia e Humanidades
Rua Benjamin Constant, 213 – Centro – Petrópolis
Tel: (24) 2244-4000
synesis@ucp.br
<http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=synesis>



VICENTE, José João Neves Barbosa. Arendt: em defesa da pluralidade humana na política. *Synesis*, v. 10, n. 2, 2018. ISSN 1984-6754. Disponível em: <http://seer.ucp.br/seer/index.php/synesis/article/view/1457>
